

Especial

Segurança Medidas repressivas levaram à sofisticação burocrática do PCC, afirma pesquisador americano

‘Politicamente é mais fácil liberar a polícia para matar’

Thais Carranço
De São Paulo

“O povo tem certa sede de vingança, de ver o bandido morto. Então politicamente é mais fácil liberar a polícia para matar”, diz Benjamin Lessing, professor de ciência política na Universidade de Chicago (EUA) e pesquisador das facções criminosas na América Latina e nos Estados Unidos.

Lessing morou no Rio entre 2001 e 2005. Veio com uma bolsa Fulbright para estudar temas ambientais e acabou fascinado pela guerra ao tráfico. À época do Estatuto do Desarmamento, começou a estudar o mercado de armas no Brasil, pesquisa que resultaria em sua tese de doutorado e no livro “Making Peace in Drug Wars: Crackdowns and Cartels in Latin America”, ainda inédito por aqui.

Questionado sobre o que espera para a segurança pública sob os quatro anos de governo de Jair Bolsonaro (PSL), o especialista responde com outra pergunta, de difícil tradução: “What I hope or what I expect?” (“Qual é a minha esperança ou a minha expectativa?”, numa tradução livre).

Lessing diz ter esperança de que o ministro Sérgio Moro trate o problema com inteligência e que a federalização da segurança pública traga avanços, como o compartilhamento de informações, padronização de dados entre Estados e melhor capacitação de agentes locais. Mas suas expectativas, baseadas na percepção de que dar sinal verde ao uso de força letal pela polícia é um caminho mais fácil, são menos otimistas.

Para o pesquisador, o projeto de lei anticrime de Moro não deverá resolver o problema da violência de gangues no Brasil. Isso porque as duas principais medidas relacionadas à segurança pública — a que possibilita reduzir ou extinguir a pena de agente de segurança que agir em excesso e a que estende a permanência de presos no sistema federal para até três anos, renováveis — já estariam em vigor na prática, sem enfraquecer as grandes facções.

Em artigo que deverá ser publicado em breve pela revista científica “American Political Science Review”, Lessing e o antropólogo Graham Denyer Willis analisam o sistema de governança da maior facção brasileira — o Primeiro Comando da Capital (PCC) — a partir de uma série de planilhas de Excel que revelam a sofisticada burocracia interna da organização criminosa. O professor apresentou ao Valor os principais achados dessa pesquisa.

Sobre a possibilidade de novos ataques da facção, após a transferência ao sistema federal de Marcos Camacho, o Marcola, e outros 21 líderes do PCC, Lessing sentença: “Esta é a pergunta de US\$ 1 milhão”. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: Qual é sua avaliação inicial sobre o projeto de lei anticrime do ministro Sérgio Moro? Uma mudança das leis é a medida correta para combater o crime organizado?

Benjamin Lessing: Minhas opiniões sobre essas medidas são duas. Primeiro é um endurecimento que obviamente leva a questões de direitos humanos. O Brasil não está em estado de guerra, então, por mais que o crime seja organizado e violento, é muito perigoso dar sinal verde para o policial poder matar só porque está com medo, surpreso, a qualquer pessoa que pode ser que tenha uma arma. Mas minha preocupação prioritária é que essas medidas simplesmente não vão resolver o problema de segurança pública no Brasil, dificilmente vão acabar com o crime organizado. Porque essas medidas já estão em ação. Os líderes

do Comando Vermelho [CV] estão no sistema federal há anos. Se colocar os chefes no sistema federal fosse acabar com o CV, já teria acabado. Por isso tenho dúvidas se mandar o Marcola para o sistema federal vai acabar com o PCC. Duvido muito. Da mesma forma, se deixar a polícia matar bandido fosse resolver o problema do crime no Brasil, já teria resolvido. No ano passado, a polícia do Rio matou mais que 1.500 pessoas. No Brasil inteiro, foram 14 pessoas mortas por policiais por dia. O crime organizado acabou ou se enfraqueceu no ano passado? Não acho.

Valor: Se essa não é a solução, então qual seria uma alternativa mais adequada para endereçar a questão do crime organizado?

Lessing: O problema do crime no Brasil é extremamente complexo. Tem que levar em conta que as facções no Brasil são algumas das mais sofisticadas organizações criminosas que existem no mundo. Estima-se que o PCC hoje em dia tenha 30 mil membros batizados, isso é enorme. O Comando Vermelho, por mais que tenha sofrido baixas, está levando uma guerra frontal contra o Estado desde 1985. Essas são organizações criminosas de uma resiliência impressionante. Então não existe uma política que vá resolver isso no curto prazo.

“No ano passado, a polícia do Rio matou mais que 1.500 pessoas. No Brasil, foram 14 pessoas mortas por policiais por dia”

Se você for olhar qual o Estado com menor taxa de homicídio no Brasil, hoje em dia é São Paulo. A cidade de São Paulo tem menos homicídios que Chicago, é invejável. Tem gente que acha que isso não tem nada a ver com o PCC. Isso é inverossímil. Vamos supor que tenha todas as políticas públicas que São Paulo tem, mas em vez do PCC, com a sua hegemonia, tivesse três facções em guerra. Ainda teria a menor taxa de homicídio do país? Eu duvido. Se você quer uma resposta de curto prazo para baixar a taxa de homicídio, eu diria que é o modelo São Paulo. Deixe que uma facção domine tudo e proíba homicídios. Agora, só um doído faria essa política, você vai criar um monopólio criminal. Então qual vai ser: várias facções em guerra, várias facções em trégua entre elas ou uma facção só? Porque hoje em dia essas são as opções. Agora, no longo prazo, o certo é começar a desinflar o sistema carcerário, investir mais na educação, tirar o poder das facções sobre as comunidades. Mas tirar esse poder não é coisa de um dia para o outro. A própria pacificação no Rio pelas UPs [Unidades de Polícia Pacificadora] mostrou claramente que é muito custoso tomar o lugar das facções nas favelas. Mas, no longo prazo, a meta seria isso, que o Estado tomasse o lugar das facções nas prisões, que ele mesmo oferecesse segurança e direitos humanos aos presos.

Valor: Como o sr. avalia essa onda recente de ataques no Ceará? Parece que há algo peculiar, que é essa trégua entre facções rivais.

Lessing: Fortaleza, para mim, é um caso-chave para entender as dinâmicas das facções no Brasil. Se voltamos no tempo para 2006, ano dos ataques em São Paulo, naquela época, só havia facções fortes no Rio e São Paulo. Outros lugares tinham facções locais. Mas, nessa época, você tinha dois

exemplos de cidades “faccionalizadas”, totalmente opostos. O Rio foi “faccionalizado” nos anos 1980, com a criação do Comando Vermelho, porque antes cada dono, cada gangue tinha seu morro. Depois virou uma coisa só. O Comando Vermelho quase com monopólio dominando as favelas do Rio e logo depois surgindo rivais como Terceiro Comando e ADA [Amigos dos Amigos]. Desde então, há uma guerra entre facções que não acaba nunca e uma guerra entre o Comando Vermelho e o Estado, que também não acaba. E esse é um cenário estável, por mais violento e destrutivo que seja. Em São Paulo, há um outro tipo de equilíbrio, em que você tem o monopólio de uma facção, o PCC. Existem outras facções, mas elas não têm poder, não têm território. Dizem que 90% a 95% dos presídios em São Paulo são controlados pelo PCC. Fortaleza é fascinante justamente porque tem mostrado um terceiro modelo, que é de ter várias facções em paz. Comando Vermelho e PCC estão presentes há muito tempo e nos últimos anos surgiu o GDE [Guardiões do Estado] e ainda há uma certa presença da FDN [Família do Norte]. No momento em que essas facções se revelaram ao público, em 2015, foi através de uma “União das Gangues”. Essa pacificação, que contribuiu para uma drástica queda de homicídios em 2015 e 2016 em Fortaleza, vai ruindo ao final de 2016 e 2017, com o rompimento da aliança entre CV e PCC. Em 2017 e 2018, o Estado bate recordes de homicídios. Foi esse o cenário até o fim de 2018. Aí o governador [Camilo Santana, do PT] nomeou um novo secretário [Luís Albuquerque, de Administração Penitenciária], que deu a entender que iria misturar presos dentro do sistema. Obviamente, as facções não gostaram dessa nova política e se uniram para acabar com ela. Pela segunda vez, as facções de Fortaleza declaram uma trégua. É só desde janeiro, mas parece que de fato diminuíram os homicídios no início de 2019.

Valor: O sr. tem um novo artigo prestes a ser publicado sobre o PCC. Quais foram as principais descobertas dessa pesquisa?

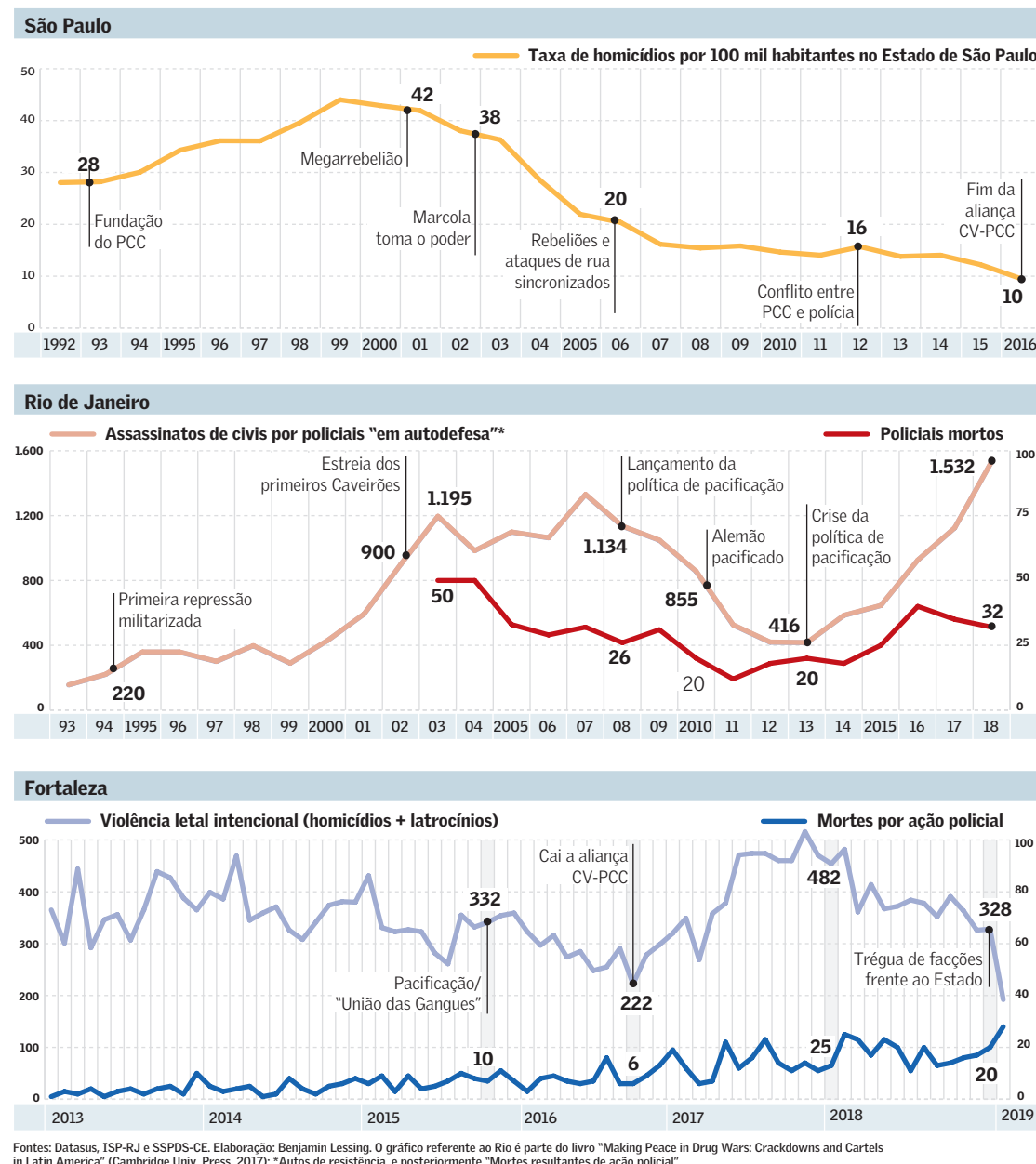
Lessing: Essa pesquisa foi feita em parceria com um antropólogo de Cambridge, Graham Denyer Willis. Ele estava fazendo seu doutorado e recebeu um pen drive com muitos documentos internos do PCC. Uma série de arquivos de Excel com dados financeiros do negócio de tráfico de drogas e também uma quantidade de do que eles chamam de “cadastro” e fichas de punição. Uma das coisas que encontramos é que o PCC — no interior de São Paulo em 2011, que é a parte aberta nos nossos dados — não estava no varejo de drogas, ele vendia aos vendedores do varejo. São mais que 500 vendedores, alguns batizados, outros não. É um sistema de consignação, em que cada um pega a droga “emprestado” e paga por ela depois da venda. Funciona como um sistema de microcrédito, na verdade. A inadimplência é baixa o suficiente para gerar um lucro para o PCC. E esse lucro vai quase todo para pagar o sistema de ônibus e vans que leva as famílias para visitar presos em presídios distantes. Sobre as punições, o achado é que quase todas eram suspensões, que variam de 15 dias sem direito de assumir “responsas”, que são funções dentro da facção, a 90 dias em casos mais graves. Isso contradiz a imagem do crime organizado de que, se você tem uma dívida, eles vão lhe quebrar, matar. Não observamos isso, o que observamos foi um sistema de disciplina interna pouco



Lessing: “As facções no Brasil são algumas das mais sofisticadas organizações criminosas que existem no mundo”

Linhas do tempo do crime

Estatísticas de criminalidade e eventos-chave em São Paulo, Rio e Fortaleza



Fontes: Datasus, ISP-RJ e SSPDS-CE. Elaboração: Benjamin Lessing. O gráfico referente ao Rio é parte do livro “Making Peace in Drug Wars: Crackdowns and Cartels in Latin America” (Cambridge Univ. Press, 2017). “Autos de resistência, e posteriormente “Mortes resultantes de ação policial”

violento e muito burocrático. Funciona porque o PCC anota todas as punições anteriores, na tal ficha. Assim, como um score de crédito, todo mundo sabe se você já atrasou uma dívida. A punição é isso. É uma forma de governança muito sofisticada e não tenho dúvida de que isso tem facilitado a expansão do PCC.

Valor: Mas como o PCC desenvolveu essa estrutura burocrática?

Lessing: Uma hipótese interessante é a dos pesquisadores Camila Dias e Fernando Salla, de que medidas como o RDD [Regime Disciplinar Diferenciado] fizeram com que o Marcola tivesse que criar um sistema que segue funcionando em situações em que os líderes fossem isolados. Assim, parte dessa sofisticação burocrática plausivelmente é fruto dessas políticas mais duras e repressivas.

Valor: O governador João Doria (PSDB) anunciou um plano de privatização de parte das prisões de São Paulo. Isso pode de alguma maneira afetar o poder do PCC?

Lessing: Nessa questão da privatização tive que ajustar a minha posição. Eu era muito contra. Principalmente porque nos EUA há uma dinâmica em que as empresas fazem lobby para construir mais prisões. Mas visitei prisões em todo o Brasil e em vários lugares tive de reconhecer que as prisões privadas eram muitas vezes mais bem administradas. Porém, se as facções são capazes de subornar guardas no sistema público, imagino que poderão subornar no privado, porque os

guardas não são agentes concursados e recebem menos, se não, não sairia mais barato. Outro problema é a falta de transparência. Você não sabe o que está acontecendo dentro do presídio. Agora haverá uma empresa que vai dizer que é segredo de negócio, questão interna da empresa.

“São Paulo tem menos homicídio que Chicago. Tem gente que acha que não tem nada a ver com o PCC. Isso é inverossímil”

Valor: É possível que a abordagem linha-dura de Doria e Moro cause uma nova onda de ataques do PCC, como aqueles de 2006 e 2012, ou isso ficou no passado como estratégia da organização?

Lessing: Essa é a questão de US\$ 1 milhão, porque ninguém sabe. Todo mundo está com esse medo, que o PCC gerou. Ele pagou caro para gerar esse medo, mas deixou na mente de todo mundo a ideia de que a qualquer hora pode acontecer de novo. É possível que os líderes do PCC avaliem que fazer ataques agora não seria adequado, pois não teria como o Estado revogar neste momento as medidas. Nos ataques de Fortaleza, foi mal pensado da parte das facções pedir a saída do secretário, porque fazer

isso seria uma grande humilhação para o governador. O PCC é muito inteligente e faz demandas que ninguém vai ver, que a mídia não vai prestar atenção, então a reação pode vir mais adiante e ser algo menos visível.

Valor: Por fim, de maneira geral, o que você espera dos efeitos do novo governo sobre a área de segurança pública no Brasil?

Lessing: Você quer saber qual é a minha esperança ou a minha expectativa?

Valor: Pode ser os dois.

Lessing: Eu espero que o Moro mostre inteligência. O Brasil já está na direção de federalizar a segurança pública e isso pode representar benefícios se trouxer compartilhamento de inteligência, padronização de dados entre Estados, melhor capacitação de policiais, agentes e administradores locais. Mas, se a federalização ficar só em mandar Exército, força de segurança e agentes federais, ou seja, ficar só na repressão, não vai resolver o problema. Minhas expectativas são mais pessimistas. Há um problema político, pois é sempre mais fácil optar pela mão dura. O povo tem certa sede de vingança, de ver o bandido morto, inclusive entre as pessoas carentes. Então politicamente é mais fácil liberar a polícia para matar. Isso pode estimular uma guerra, o que aumenta mais a sede de vingança, e aí entra num círculo vicioso. Mas vamos ver, quatro anos é muito tempo. O país está numa situação que, se quiser, dá para construir políticas mais inteligentes.